



AS NOVAS PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS¹

Edilson da Costa Albarado

2. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM.

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ/UFPA).

edilsonalbarado@gmail.com

Resumo

O texto é um ensaio teórico que objetiva refletir criticamente os avanços e retrocessos da profissão docente no Brasil, e para isso será historicizado ligeiramente a gênese da profissão docente e as transformações ocorridas na educação e na formação docente. Destaca-se nos últimos anos a ocorrência de retrocessos que vêm se alargando e comprometendo o desenvolvimento profissional e desumanizando as pessoas. Em contraste com essa educação, a análise anunciará proposições que estão sendo construídas historicamente pelas organizações dos trabalhadores da educação que lutam por uma educação pública e de qualidade que humanize as pessoas, e valorize o professorado. Isso passa por questões salariais, condições de trabalho, plano de carreira, mas também pelo reconhecimento e valorização dos saberes do professorado construído na vida e na experiência educativa, sem negar os saberes sistematizados pela academia.

Palavras-Chave: Profissão docente. Educação Pública. Desenvolvimento Profissional. Organização

Introdução.

A profissão docente que se construiu historicamente no mundo gerou influências no Brasil. Por isso, qualquer que seja a análise sobre essa profissão é necessário recorrer à história. O presente ensaio sobre as novas perspectivas da profissão docente, seus avanços e retrocessos no Brasil, tomará como referência Nóvoa (1995), Freitas (2007) e Martins (2009), os quais têm se dedicado a analisar essa profissão e apresentam considerações que precisam ser problematizadas tanto na formação docente quanto no processo educativo, pois os mesmos são inseparáveis.

As considerações são de que outra educação e formação docente são necessárias, que estejam menos comprometidas com a ordem social do capital, denunciadas por Mészáros (2008) e por Freire (1996). Para este último autor a pedagogia neoliberal é contrastada pela pedagogia da autonomia, e pelas organizações dos trabalhadores da educação, que mesmo com suas fragilidades, vem historicamente combatendo os desmontes e a mercantilização da educação imposta pelo sistema capitalista por meio dos Organismos Internacionais. Esse processo exige um combate permanente em defesa da educação pública e de qualidade. Para defender essa educação é necessário conhecimento histórico sobre a gênese da profissão docente, sua evolução e o papel da escola como espaço de formação humana.

¹ Trabalho construído para a disciplina Formação, Profissionalização e Trabalho Docente do Doutorado em Educação da UFPA.



O Objetivo é analisar criticamente a profissão docente no Brasil seus avanços e retrocessos, por questão de delimitação do evento ao qual o texto é escrito não será possível aprofundar essa análise, mas será dada visibilidade as transformações educacionais que ocorreram e veem ocorrendo nós últimos quinze anos no Brasil que têm atingido diretamente o professorado e a formação docente. Espera-se com este ensaio motivar os estudantes de graduação e de pós-graduação, e demais pesquisadores a aprofundarem esse debate e contribuirão teoricamente com novas pesquisas em favor de uma educação pública de qualidade, a qual passa pelo desenvolvimento profissional do professorado.

Metodologia

O ensaio nasce da participação como ouvinte na disciplina “Formação, profissionalização e trabalho docente” do programa de pós-graduação em educação da UFPA e, é uma análise teórica por meio da pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, a qual norteará as análises dos dados, fazendo uso de técnica de leitura, fichamento, registro dos debates em sala de aula e posterior discussão crítica dos dados coletados e reflexão crítica a luz dos especialistas no assunto, culminando com o referido texto.

Fundamentação teórica

Até o século XVII a profissão docente ocupava, segundo Nóvoa (1995), uma profissão secundária. Não havia a exigência de uma grande especialização para uma pessoa ser professor(a), não precisava ter um curso específico como hoje se exige. O ofício do professor neste século era exercido por pessoas que sabiam um pouco mais dos que seriam educados, a maioria dos que ensinavam era religiosa. Neste sentido, é que nasce a profissão docente, ou seja, a gênese da profissão docente é religiosa, ocupada por sacerdotes ao ponto de as organizações docentes na época serem consideradas congregações religiosas, permanecendo assim por muito tempo até no século XVIII, quando começou a mudar.

Isso porque era do interesse da Burguesia que a educação se distanciasse da influência religiosa. Neste momento, o Clero e a Nobreza estavam em contestação quando da transição da idade média para a idade moderna. Segundo Nóvoa (1995), essa contestação era por uma nova classe em que a economia é que deveria determinar, ou seja, a burguesia queria mandar e editar as regras educativas, inclusive, com um arcabouço teórico de seu interesse. Com a revolução francesa passa a se defender a extensão do processo de escolarização obrigatória pautada nos princípios da



liberdade, igualdade e fraternidade, princípios que depois foram questionados, mas constituíram-se um marco para um novo momento para a profissionalização docente.

No século XIX, ressalta Nóvoa (1995), que no Brasil se questionava sobre de quem era a responsabilidade pela contratação e pelo pagamento do salário do professorado, e a qual autoridade o professorado deveria prestar conta? Seria a família ou ao Estado? Então, o Estado assume esse papel e regulamenta a profissão docente. Isso mostra que essa profissão não emergiu da categoria do professorado como ocorreu com outras profissões, por exemplo, do médico e do advogado. Essa é uma profissão delegada pelo Estado.

Para Nóvoa (1995) mesmo o professorado não tendo interferido neste momento na sua profissionalização, já havia coletivos iniciando organizações de docentes (associações e sindicatos), mas ainda eram muito tímidas as suas ações, porém, era uma maneira de se contrapor as regras que vinham sendo estabelecidas pelo Estado. E de lá pra cá, em vez de perder força, o Estado passa a editar novas normas, regras e leis que regulam e regulamentam a profissão docente, a formação docente e educação.

No Brasil, essa situação, não foi diferente da de outros países, pois só depois de 1930, segundo Nóvoa (1995), a escola passou a exercer uma nova função social, impulsionada pela industrialização que recai na necessidade da formação de professores e se implanta na escola primária. Então, a escolarização e a formação de professores vão ocorrer nas escolas normais, demarcando assim o início da formação docente no Brasil.

Como nessa época a preocupação do estado estava voltada para a ascensão da economia e da Burguesia, seus investimentos foram voltados para formar para o mercado de trabalho sobre o seu controle. Nasce daí à ideia de que a educação é o caminho para melhorar de vida. No século XX ganha força a profissão docente, a formação docente e a educação para o trabalho e como uma prerrogativa do estado e submetida às diretrizes neoliberais das Organizações Multilaterais que passam a determinar as políticas educacionais para o mundo na perspectiva da necessidade do mercado, principalmente, representada pelo Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, FMI, entre outros (MARTINS, 2009).

Para Martins (2009) a educação humanizante defendida não era só para humanizar os indivíduos, mas também o professorado, portanto, a educação tinha o papel de transformar a vida das pessoas para buscar um ideal humano superior e de existência social. Foi neste século que o movimento da Escola Nova tomou corpo em contraste com a Pedagogia Tradicional, nasce à Pedagogia Produtivista, mas também foi nesse momento que surgiram os movimentos contra essa



hegemonia que vinha se firmando, como a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a pedagogia histórico-crítica que vão dar novos rumos para a educação e para a formação docente. Segundo Martins (2009) o pesquisador Demerval Saviani, analisa como muita propriedade as concepções pedagógicas pelas quais têm passado a educação e formação docente, mas não se pretende aprofundá-las aqui.

Para Freitas (2007), as novas políticas de formação de professores no Brasil ainda é uma prioridade postergada, pois as condições históricas de degradação, de desvalorização da educação e da profissionalização docente continuam se mantendo e cada vez mais em níveis elevados. E alguns dos problemas estão na formação de professores(as) que não têm qualidade, pois desconsideram as experiências do professorado e tem ocorrido de maneira aligeirada e faltam condições adequadas para os(as) professores(as) exercerem seu trabalho. Condições que passam pelo salário, plano de carreira e até estrutura física e material pedagógico, causando assim impacto negativo na qualidade da educação pública.

Freitas (2007) analisa que mesmo com a Resolução nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação que estabelece as diretrizes para a carreira do professorado, a questão da carreira docente não teve força para se materializar nas políticas públicas municipais e estaduais, no que tange aos planos de cargos e salários, pois a maioria dos municípios brasileiros não construiu seu plano. Urge projetos de valorização que garantam uma vida digna e um futuro decente ao professorado, que se reflita num compromisso social com a formação humana dos(as) educadores(as) e, conseqüentemente, reflita na vida do(a) educando.

Resultados e discussão

A formação que se defende para o professorado não pode ser feita de qualquer jeito, aligeirada, como vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos, e sem o compromisso com uma formação para vida profissional do docente que, conseqüentemente, humanize e emancipe as pessoas.

As políticas públicas e os programas governamentais desde a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9394/96) e as legislações dos últimos quinze anos são exemplo de aligeiramentos na formação docente, além de ter contribuído com o fortalecimento da educação privada, por meio de concessão de bolsas a estudantes oriundos de escolas públicas e do Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com cursos à distância, em detrimento da criação de mais



vagas em universidades públicas com alocação de recursos financeiros e humanos (FREITAS, 2007).

Os programas da UAB como: Pró-licenciatura criado em 2005, e a institucionalização do programa de formação de professores(as) à distância como política pública em 2006, não atende os requisitos para uma formação inicial e continuada de qualidade. Essas políticas, segundo Freitas (2007), são medidas muito mais compensatórias para atender a grande demanda da população pobre que historicamente foi marginalizada do ensino superior e que é seu direito fazer um curso superior e obrigação do estado oferecer, contudo, não pode ser de qualquer jeito, aligeirada e muito mesmo de qualidade duvidosa. A autora destaca ainda que a criação de mestrado profissional em grande escala, aliada ao programa de formação inicial e continuada que têm a UAB e a CAPES como novas agências reguladoras, revelam o novo rumo que a formação do professorado vem tomando nos últimos no Brasil.

Essas e muitas outras políticas educacionais merecem críticas por seu atrelamento à ordem social capital, mas também reconhecimento de que houve avanços, por pressão, é claro, dos trabalhadores da educação como a valorização e formação dos trabalhadores da educação, Lei do Piso, PARFOR, PIBID, REUNI, IFET e dentre outras que garantiram certo reconhecimento a algumas bandeiras históricas de luta dos movimentos dos trabalhadores da educação. Contudo, o problema que emergem das políticas e programas está enraizado nos princípios e diretrizes estabelecidas pelos Organismos Internacionais que são os representantes da ordem social do capital.

Para Mészáros (2008), só tem um jeito, romper radicalmente com essa lógica do capital por meio de uma contra hegemonia, por uma alternativa hegemônica que internalize uma educação para além do capital, mas que seja essencial, considerando a totalidade da sociedade existente, pra vida toda e não apenas formal, como defende os reformistas. Para Freitas (2007), os movimentos de trabalhadores da educação precisam se manter na luta pela escola pública de qualidade e por novos processos de formação inicial e continuada do professorado humanizante, libertador e emancipador que atinjam também os(as) educandos(as), mas para isso são necessárias rupturas com esse modelo de formação e de educação enraizado na ordem social do capital.

A proposição de Freitas (2007) passa por uma formação sócio-histórica caracterizada por ações conjuntas de universidades, instituições formadoras e sistemas de ensino, que assegure condições de trabalho e formação continuada do professorado; pela revisão das estruturas das instituições formadoras, experienciando formação inicial e continuada que avance para a formação de organização por cursos e por programas contemplando todos os níveis de ensino e por um



esforço unificado na integração permanente entre as instituições de formação, as entidades organizadas dos trabalhadores da educação e demais entidades educativas, na institucionalização e no fortalecimento de fóruns coletivos que dialoguem e proponham políticas públicas de formação e de valorização profissional integral.

Considerações

Lutar por uma educação que seja realmente humanizante, libertadora e emancipadora das pessoas, inclusive, do professorado, urge a unificação das lutas dos trabalhadores da educação e dos movimentos estudantis, num projeto de educação para formação humana integral. É um desafio enorme, mas possível de ser realizado se for internalizado pelos indivíduos sociais, mas pra isso é preciso reavivar e reinventar as bandeiras e as estratégias de luta, de mobilizações e de ação, com formação política e humana dos trabalhadores da educação, do alunado e da sociedade em geral.

A classe dos trabalhadores da educação historicamente tiveram muitas conquistas na educação, formação docente e profissão docente e são conquistas enraizadas nos fundamentos socialistas, que hoje a classe dominante quer revogar e tem conseguido, por falta de organização e mobilização da classe trabalhadora por um projeto popular unificado enraizado nos princípios socialistas.

Referências

MÉSZÁROS, A. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. 2.ed. Lisboa: Porto Editora, 1995.

FREITAS, H. C. L. A (Nova) Política de Formação de Professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 28, n.100 - Especial, p. 1203-1230. out 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, L. M. O legado do Século XX para a formação de professores. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.13-31. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/ysnm8/pdf/martins-9788579831034.pdf>